



Supremo instaura Ação Penal contra deputado por trabalho escravo

Por maioria de votos, a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal decidiu abrir Ação Penal contra o deputado federal João Lyra (PSD-AL) por exploração de mão de obra em condição análoga à escravidão. O parlamentar é acusado pelo Ministério Público de ser responsável por irregularidades na empresa Laginha Agroindustrial, da qual Lyra é administrador.

De acordo com o processo, em 2010, o Grupo de Fiscalização do Ministério do Trabalho encontrou trabalhadores da empresa em locais sem água potável e condições básicas de higiene. Além disso, ainda de acordo com os autos, eles cumpriam um escala exaustiva de trabalho.

Lyra alegou, durante a fase de investigação, que não era responsável pelas contratações dos empregados. Sua defesa também afirmou que não teve a oportunidade de apresentar defesa prévia no processo.

Com informações da Agência Brasil.

Date Created

20/08/2014